Universidade Federal Fluminense

PROEX
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Serviço Social e a questão étnico-racial no Brasil

Ficha Técnica

Projeto Editorial
Ana Cláudia de Jesus Barreto

Organização
Ana Cláudia de Jesus Barreto

Texto
Ana Cláudia de Jesus Barreto
Tales Willyan Fornazier Moreira

Colaboradoras:
Ana Beatriz Souza Pontes (Bolsista Proex)
Juliana Desiderio Lobo Prudencio

Projeto Gráfico/ Diagramação e revisão textual
Agência Silvia Martins

Apoio
Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Número do SIGPROJ:
375611.2149.353317.22022022

NEPER/UFF CAMPOS
Núcleo de Estudo e Pesquisa Espaço e Raça

www.proex.uff.br
/extensaouff
@proexuff
@proexuff

Apresentação

A cartilha em mãos é produto do curso de extensão Racismo e Serviço Social: Por um exercício profissional qualificado na direção de uma sociabilidade livre do racismo. Realizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa Espaço e Raça – NEPER, da Universidade Federal Fluminense/ Campos dos Goytacazes, sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Cláudia de Jesus Barreto e colaboração da Profa. Dra. Juliana Desiderio Lobo Prudencio, e com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Desejando levar os conteúdos ministrados pelos/as professores/as do curso, elaboramos essa cartilha para você, profissional da área da assistência social e/ou de áreas afins. Por entendermos que é uma forma de levar informações tão necessárias no combate ao racismo no cotidiano do exercício profissional, haja vista que o público majoritário da política da assistência social são as pessoas negras, a classe que vive-do- trabalho. A cartilha "Serviço Social e as relações étnicos-raciais" foi produzida a partir da aula do Prof. Me. Tales Willyan Fornazier Moreira e tem como objetivo promover uma reflexão sobre os fundamentos do racismo estrutural, o mito da democracia racial e como essa falsa ideia sustenta e reproduz no cotidiano o racismo. Os corpos negros são alvo do racismo institucional, seja na dificuldade de acessar o serviço público ou na prestação desse serviço, o que compromete sobremaneira o acesso da população negra aos direitos socialmente garantidos em lei, mas que não são acessados plenamente em decorrência da questão racial. Os/as assistentes sociais enquanto profissionais que atuam diretamente no enfrentamento das expressões da questão social e que tem o desafio de atender este público que demandam as instituições (públicas, privadas e terceiro setor) com as suas diversas necessidades sociais em um contexto de precarização dos serviços públicos e de escassez de recursos financeiros para efetivação das políticas sociais, necessitam qualificar-se para aumentar as suas possibilidades instrumentais e culturais no enfrentamento do racismo estrutural e institucional. Sendo assim, é importante e necessária a compreensão crítica em torno dessa realidade e, ao mesmo tempo, a apropriação do conhecimento sobre o racismo e suas expressões na vida social, a fim de que a dimensão política da profissão seja fortalecida tendo como respaldo os princípios éticos do Serviço Social e, ao mesmo tempo que esse posicionamento político e ético se transformem em ações antirracistas no seu miudinho, ou seja, no seu cotidiano profissional no rumo da construção de uma nova sociabilidade livre de exploração, opressão e discriminação de raça, classe, gênero e etnia. Conhecer para entender. Resistir é necessário! Ubuntu!

SUMÁRIO

Quantidade não garante igualdade social 5

Fundamentos da produção da desigualdade racial no Brasil 9

Abaixo o mito da democracia racial 20

Serviço Social e a formação antirracista 23

Assistentes Sociais no combate ao racismo 35

Como ser antirracista na minha atuação profissional 36

Peças da Campanha realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS 2017-2020 38

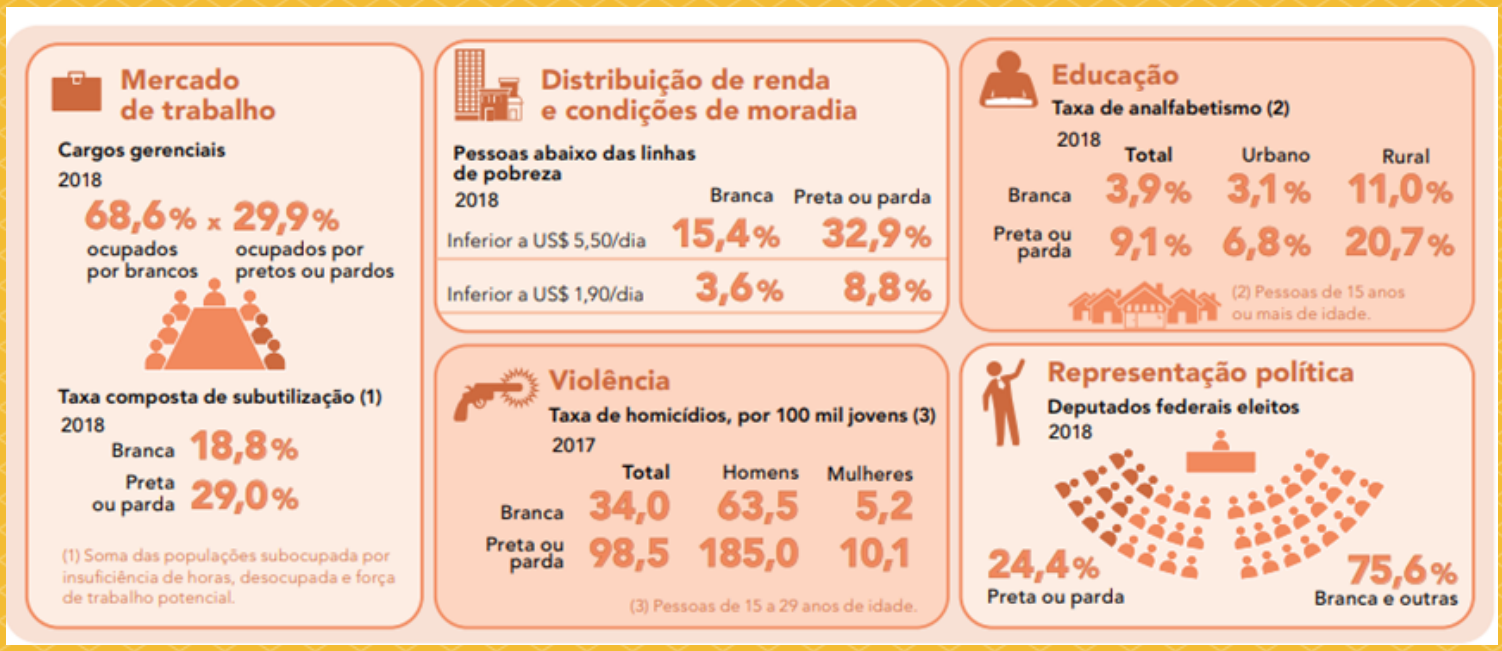
Lançamento da Plataforma Antirracista 40

Referências 42

Quantidade não garante igualdade Racial

A população brasileira foi estimada pelo IBGE (2022) em 213, 3 milhões de habitantes e de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada em julho de 2022, 47% dos brasileiros se consideram pardos; 43%, brancos; 9,1%, pretos; e pouco menos de 1% amarelos ou indígenas. Esse perfil étnico-racial demonstra que mais da metade da população no Brasil é negra (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Contudo, ser maioria no Brasil não garante a igualdade racial entre negros e brancos.

Quadro 1: Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil



IBGE, 2019

Vejamos que os dados demonstram uma brutal disparidade entre a população não-branca nas esferas do trabalho, renda, educação, violência e política. Esses dados expressam uma realidade conjuntural, e que, são frutos de uma desigualdade que é estrutural, histórica e secular. Por isso, é necessário buscar os seus fundamentos, pois, temos uma particularidade sócio-histórica: colonialismo, escravismo e racismo, que precisa ser levada em consideração para interpretar essas disparidades raciais. Vamos lá?

Nos últimos anos, o debate racial vem ganhando espaço com o aumento das investidas que, problematizam a questão racial, desmascarando o mito da democracia racial e como o racismo atravessa nossas relações.
Um marco importante no ano de 2020 foi o assassinato de George Floyd e do movimento Black Lives Matter que, fizeram a retomada do debate.

E aí, é importante, nesse ponto, desconstruir o mito da democracia racial no Brasil, pois, na verdade, a população negra nunca foi incluída nos moldes da democracia burguesa e muito menos na suposta democracia racial.

"A democracia está perdendo seus adeptos. No nosso país, tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco morre um dia". Carolina de Jesus

É interessante essa problematização da Carolina de Jesus, porque ela fala do lugar, da experiência concreta de quem ocupa esse segmento mais massacrado da sociedade enquanto mulher negra, favelada e aponta os limites dessa democracia. Então, negros e negras, indígenas, quilombolas não foram inclusos nem nos limites dessa democracia, quiçá, pensar em uma democracia racial.

A discussão sobre o racismo não pode estar descolada da luta de classe e do capitalismo. A categoria classe precisa vir acompanhada do movimento da realidade, ou seja, é preciso se perguntar qual é a classe mais oprimida, como é o seu cotidiano de sofrimento. E como podemos verificar nos dados estatísticos, a classe mais afetada no Brasil é a classe que vive do trabalho, constituída por pessoas negras em sua maioria.

> O debate supostamente classista, descolado da compreensão quem é essa classe é uma espécie de marxismo sem história e sem dialética que tratam categorias como classes, mercadoria e valor como absoluto autorreferenciais e que no final das contas não tem nada a nos dizer sobre a realidade. (Informação verbal)1

1 Informação fornecida por Tales Fornazier, na aula do Curso de Extensão Racismo e Serviço Social, em junho de 2022. Essa fala tem como base a reflexão do Silvio Almeida (ALMEIDA, Silvio de. Prefácio da edição brasileira. In: HAIDER, Asad. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Veneta, São Paulo, 2019.)

Fundamentos da produção da desigualdade racial no Brasil

A origem da desigualdade racial no Brasil é resultado do longo período de escravidão, que durou cerca de 350 anos. Ao longo desses 350 anos, o Brasil foi o país ocidental que mais recebeu escravos, foram 4,8 milhões de negros desembarcados dos navios negreiros nas costas brasileiras, e foi também um dos últimos países no mundo a abolir a prática. Quando houve a formalização da extinção do regime escravocrata em 1888 no Brasil, as pessoas que foram escravizadas não tiveram nenhum amparo legal do governo para recomeçarem suas vidas, ficando entregues à própria sorte. Enquanto isso os grandes proprietários ruralistas receberam indenização pelo fim do regime escravocrata para compensar suas perdas econômicas. O quadro a seguir demonstra que após a extinção do sistema escravocrata, em 1888, somente após 46 anos as pessoas negras tiveram direito ao voto no Brasil. Esse fato não pode ser um mero acaso ou visto com naturalidade e sim, como resultado do racismo, que construiu a ideia do não-cidadão, da não aceitação da existência das pessoas negras e a partir de então inicia todo um processo de exclusão, invisibilidade e genocídio do povo preto.

Quadro 2: Duração da escravidão no Brasil

Autoria: Maria Vitória Di Bonesso

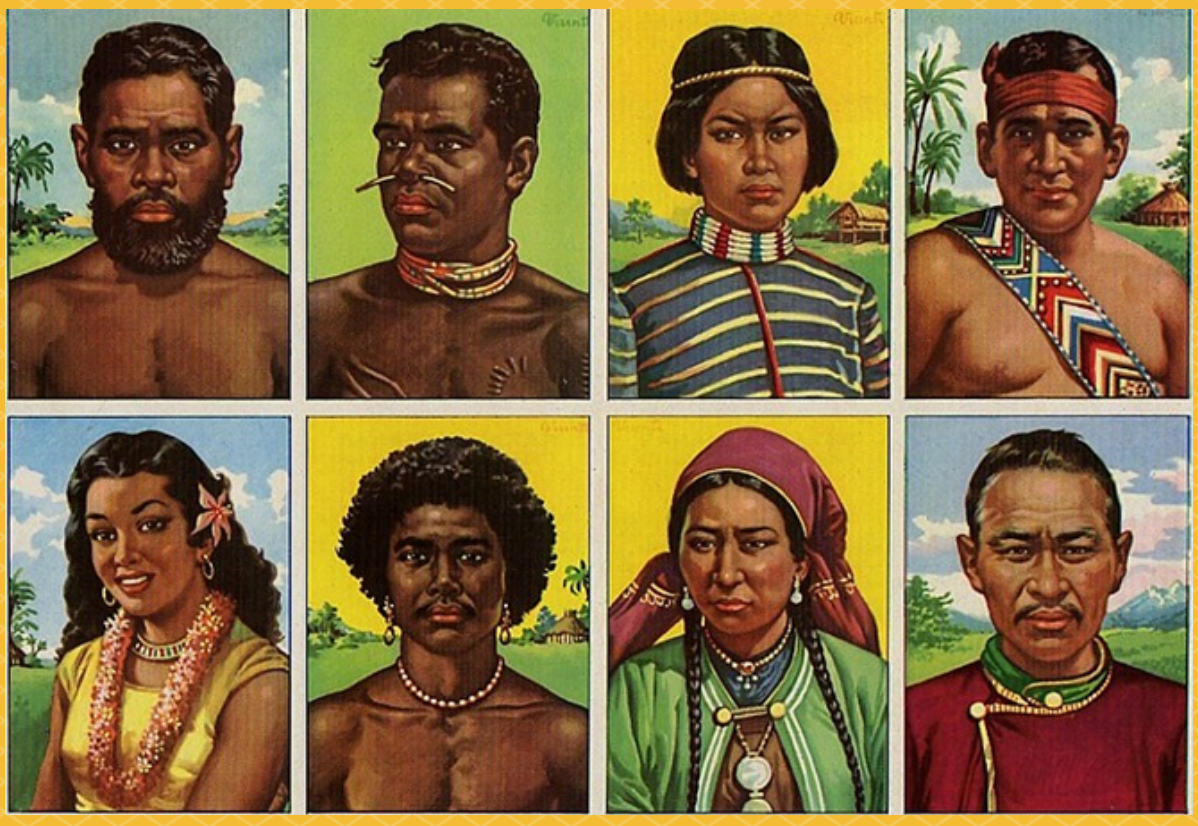
A construção social da noção de raça foi uma estratégia para legitimar e justificar o processo de dominação colonial, como o escravismo foi peça fundamental para acumulação primitiva do capital e o racismo foi a mola que impulsionou a sociedade de capitalismo dependente. Então, não podemos perder de vista esses elementos que explicam nossa realidade e a questão do racismo também, foi e é, parte dessa construção histórica e social.

> A origem do racismo é fruto do conceito de raça que categoriza indivíduos vivos em grupos baseados em seus fenótipos. "É o fenótipo que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais, e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações 'raciais' (WEDDERBURN, 2007, p. 11 , apud STEHL; SILVA, 2021, p. 15).

Assim, a categoria raça passou a definir os papéis e os lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. A divisão racial do trabalho foi imposta sistematicamente. Ao considerar o branco como raça dominante, os mesmos podiam receber salários, ser comerciantes, agricultores, artesões independentes e, no melhor caso, podiam produzir independentemente as mercadorias. No caso dos negros, ao serem considerados como raça inferior e, consequentemente, dominada pelos brancos, foram reduzidos à escravidão (BARRETO, 2018).

O novo padrão de dominação eurocêntrica que se impunha associava as novas identidades, as hierarquias, aos papéis sociais e lugares, haja vista que as relações estabelecidas eram de dominação e, sendo assim, raça e identidade racial se transformaram em instrumentos de classificação social. (QUIJANO, 2005, apud BARRETO, 2018, p.415).

Os traços fenotípicos dos colonizados acabaram sendo associados à cor da pele, que passou a ser uma categoria racial. No primeiro momento, surgiu na região "britânico-americana", por ser o negro ali importante para a economia, que dependia do seu trabalho. (QUIJANO, 2005 apud BARRETO, 2018, p.415).

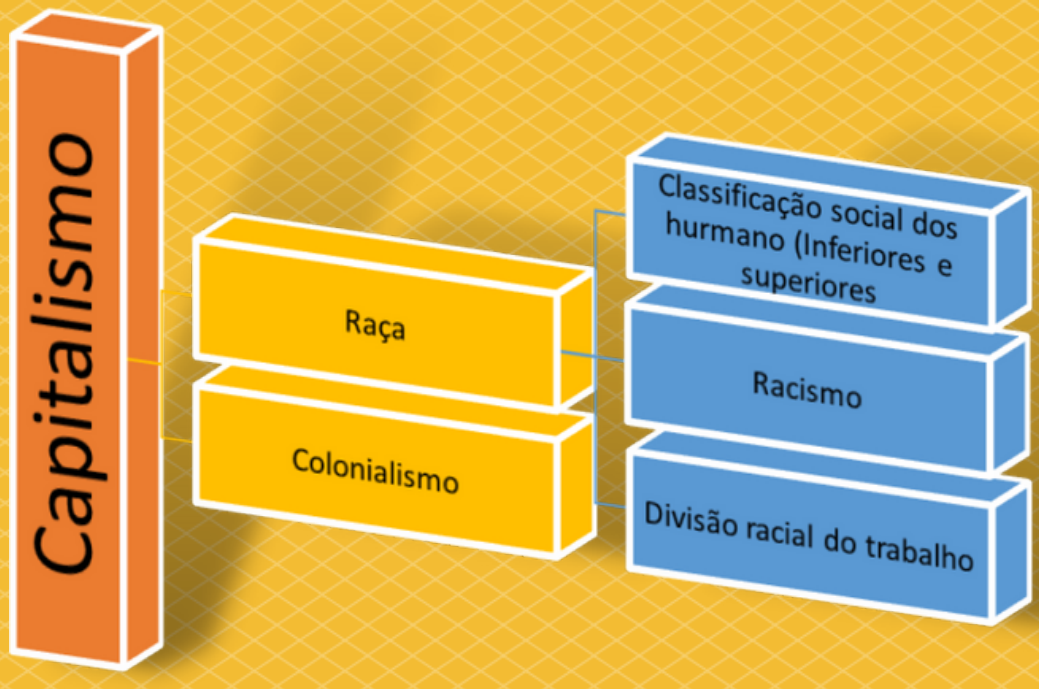


Fonte: https://www.brasildefatomg.com.br/2018/11/28/coluna-ciencias-or-e-correto-falar-em-racas-humanas

Para Mbembe (2014), raça não existe enquanto um fato natural físico, antropológico ou genético. O hemisfério ocidental criou mitos para fundamentar o seu poder ao se considerar o centro do globo, "o país natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade" (Id, p. 27).

Mbembe (2014) também confirma que o termo raça surgiu no desenvolvimento do capitalismo, tornando-se um divisor de água entre as formas de escravidão anterior ao sistema capitalista.

À Europa, ao mesmo tempo que se torna o centro do mundo, surgem discursos acerca da natureza, da especificidade, das formas dos seres vivos, das características dos seres humanos, bem como de "populações inteiras, que são especificadas em termos de espécies, gêneros ou de raças classificadas ao longo de uma linha vertical." (Id., 2014, p. 37)



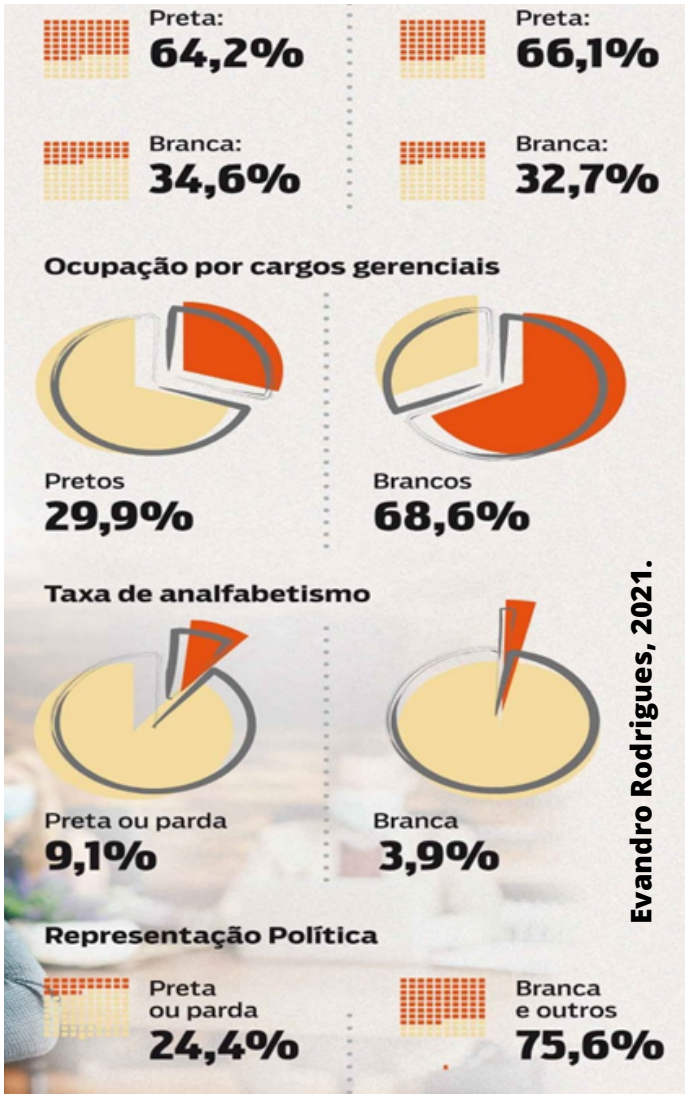
Elaboração: Ana Claudia de Jesus Barreto, 2022.

A África e o negro foram apresentados, como símbolos da vida vegetal e limitada, como o "ser-outro". Destituídos de humanidade, não sociáveis e que precisavam ser domesticados pelo homem branco europeu, já que se encontravam num patamar de inferioridade. Para alguns, não eram inteiramente desprovidos de humanidade, porém estavam em estado de adormecimento, justificando ideologicamente a empresa colonial ao se propagar a obra como "civilizadora e humanitária e, a violência era unicamente moral". (MBEMBE, 2014)

Fonte: https://www.thisdaylive.com/index.php/2022/07/06/africas-prosperity-and-potential-of-its-untapped-resources/

> É exatamente essa construção social que deu as bases e justificou todo um processo de barbárie e instaura a divisão racial do trabalho e que vai justificar inclusive a profunda desigualdade vivenciada pela população negra. (Informação verbal)2

Quadro 3: Negros na força de trabalho



Evandro Rodrigues, 2021.

https://www.istoedinheiro.com.br/a-persistencia-do-racismo/

2 Informação fornecida por Tales Fornazier, na aula do Curso de Extensão Racismo e Serviço Social, em junho de 2022.

Foto 1 : Trabalhadores ambulantes na Linha Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro

Fonte: https://exame.abril.com.br/brasil/racismo-e-mercado-de-trabalho-os-desafios-da-populacao-negra-no-brasil/.

O racismo estrutural reitera-se cotidianamente no mercado de trabalho, nas ruas das cidades, nas penitenciárias, nas instituições públicas e privadas, nas periferias, onde os negros sofrem toda forma de violência e exclusão.

A existência do racismo estrutural implica que existem dimensões como o Estado, o direito, a política, a economia e a subjetividade que funcionam para naturalizar o racismo, enquanto forma de racionalidade e de racionalização das relações sociais no capitalismo.

O racismo é relação social, ele é reproduzido dentro de uma lógica social. Essa lógica talvez seja a lógica da reprodução do capitalismo [...]. O racismo no interior das relações que são determinadas pelo capitalismo toma outra forma. O ser homem, o ser mulher, o ser negro ganha uma forma específica dentro das relações sociais que também tem as suas especificidades históricas. (ALMEIDA, 2019).

Fonte: https://www.publico.pt/2016/12/05/sociedade/noticia/-os-numeros-da-desigualdade-racial-em-portugal-1753490

A forma de abordagem policial e o uso excessivo de força incidem de modo distinto sobre negros e brancos. As operações policiais nas periferias, por exemplo, matam mais jovens negros do que brancos. Mata-se antes, para saber depois quem são.

A chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação à taxa de 2,5 para mulheres não negras. (IPEA, ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, P. 49).

http://www.juniao.com.br/chargecartum/

Autor: Junião

http://www.juniao.com.br/chargecartum/

Autor: Junião

http://domacedo.blogspot.com/2012/11/flagrante-da-consciencia-negra.html

Autor: Dodó Macedo

Abaixo o mito da democracia racial

http://www.sitraemg.org.br/128-anos-de-abolicao-da-escravatura-e-instalacao-da-escravidao-branca-no-brasil/

O termo racismo estrutural, muitas vezes é jogado ao léu, todo mundo fala de racismo estrutural e que de fato é, mas será que estamos conseguindo compreendê-lo a partir das dimensões estruturantes?

O mito da democracia racial é um dos principais empecilhos para conseguir avançar na compreensão da realidade racial no Brasil, pois temos uma parcela significativa da sociedade que acredita de fato que vivemos uma democracia racial, ou seja, que não visualiza diferenças e desigualdades das populações

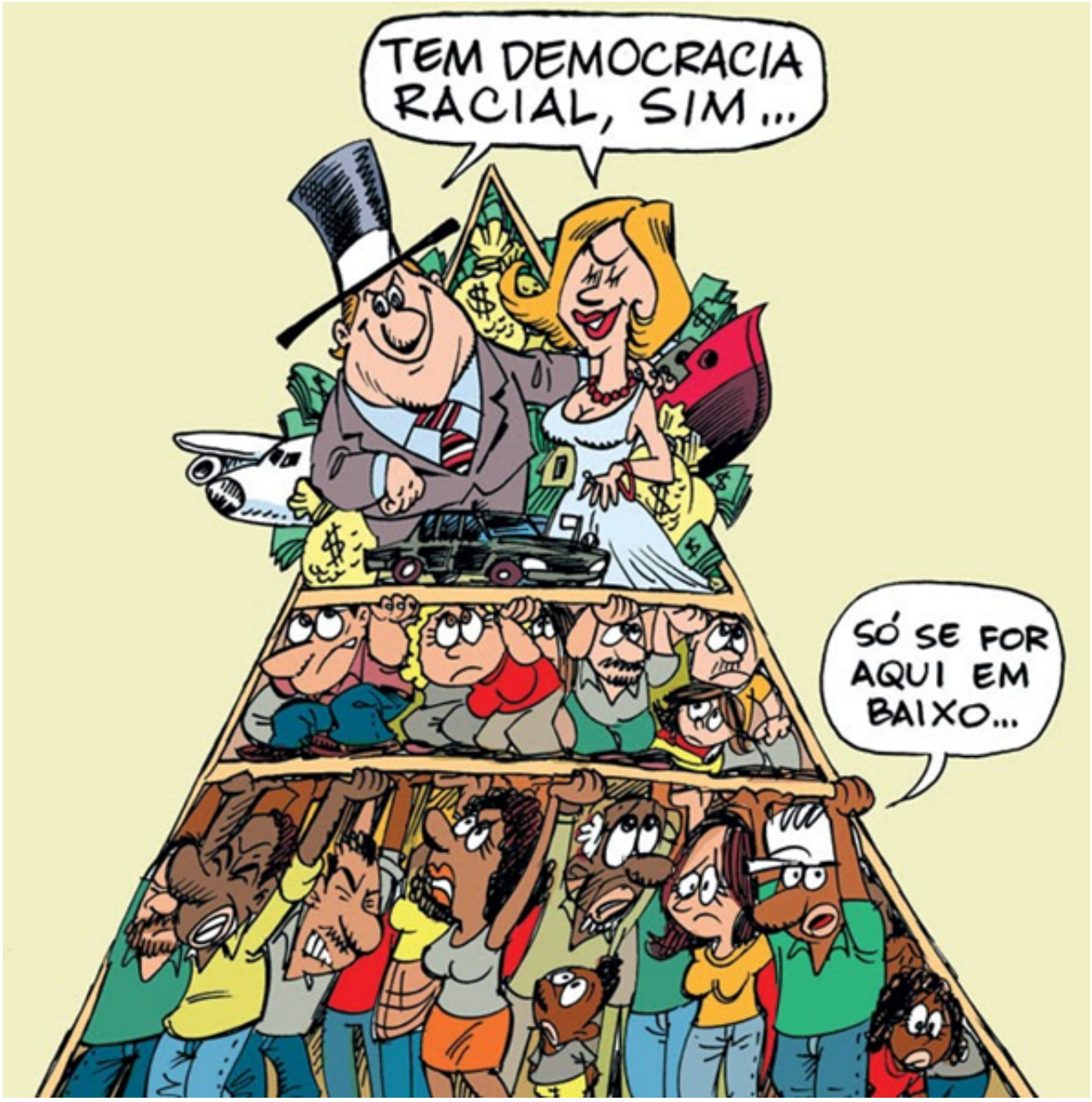
socialmente racializadas, como se essas populações tivessem as mesmas igualdades de oportunidades.
Esse mito é extremamente perverso e, ao mesmo tempo, é a própria estrutura que cria e recria todas as condições para manter a população negra na base da pirâmide, no subemprego, no genocídio, na violência e na exclusão, responsabilizando moralmente esses sujeitos pelas condições que vivenciam, tudo com base no mito da democracia racial.

“Não existe desigualdade”,
“Não existe desigualdade”,
“Todos somos iguais”,
“Todos somos humanos",
"Todo mundo tem sangue negro"

A questão racial acaba sendo individualizada e tratada no nível moral, como uma falta de esforço, por isso é comum ouvir:

"Você aí que está vivenciando essa condição é porque não se esforçou o suficiente".

Isso é um desafio, pensando inclusive como o mito da democracia racial foi construído no país, para ser entendido como algo natural e nos impede de avançar, pois, para avançarmos no debate racial, precisamos primeiro reconhecer que o racismo existe.



http://ahistoriadopreconceitoracialnobrasil.blogspot.com/2011/11/o-mito-da-democracia-racial.html

A profunda disparidade racial vivenciada pela população negra não é natural. Denuncie o racismo!

Serviço Social e formação antirracista

A população negra diante das condições precárias que está submetida estruturalmente, torna-se o público majoritário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os/as assistentes sociais atuam diretamente no enfrentamento das expressões da questão social e tem o desafio de atender esse público que demandam as instituições com as suas diversas necessidades.

Por isso é importante que os profissionais se qualifiquem para aumentar as suas possibilidades e habilidades instrumentais no enfrentamento ao racismo estrutural e institucional que compromete sobremaneira o acesso da população negra aos direitos garantidos pela Constituição Federal/88, mas que não são acessados plenamente em decorrência da questão racial.

Eurico (2013) realizou uma pesquisa juntos aos/as assistentes sociais e concluiu que a percepção em torno da questão racial e dos mecanismos de reprodução do racismo é ainda muito distorcida.

Por um lado, os/as profissionais conseguem perceber a desigualdade racial e descrever o racismo institucional e por outro existe uma dificuldade em concretizar o Código de Ética profissional, tornando abstratos seus princípios sem uma conexão com a realidade que a população negra vive.

Sendo assim, é importante e necessária a compreensão crítica em torno dessa realidade e, ao mesmo tempo, a apropriação do conhecimento sobre o racismo e suas expressões na vida social, a fim de que a dimensão política da profissão seja fortalecida tendo como respaldo os princípios éticos do Serviço Social e, ao mesmo tempo que esse posicionamento político e ético se transformem em ações antirracistas no seu miudinho, ou seja, no seu cotidiano profissional no rumo da construção de uma nova sociabilidade livre de exploração, opressão e discriminação de raça, classe, gênero e etnia.

O/a assistente social precisa superar o discurso abstrato de classe como se a categoria não tivesse:

- Raça
- Gênero
- Sexualidade
- Território
- Geração

POPULAÇÃO BRASILEIRA

A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA É NEGRA.

BENEFICIÁRIAS DO BF

73% DOS CADASTRADOS NO BOLSA FAMÍLIA SÃO PRETOS OU PARDOS, **93%** DAS FAMÍLIAS É CHEFIADA POR MULHERES ESSA REALIDADE TEM COMO CONCEITO A **FEMINIZAÇÃO DA POBREZA.**

AUMENTO DA VIOLÊNCIA

O NÚMERO DE ASSASSINATOS DE MULHERES EM 2013: NEGRAS ELEVOU PARA **54%** E DE MULHERES BRANCAS DIMINUÍRAM EM **9,8%**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A IMPUNIDADE PELA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER AGRAVA OS EFEITOS DE DITA VIOLÊNCIA COMO MECANISMO DE **CONTROLE DOS HOMENS SOBRE AS MULHERES.**

MULHER NEGRA

ACESSO A EDUCAÇÃO

O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO – PRONATEC ENTRE 2011 E 2014 O PÚBLICO FOI **FEMININO, NEGRO E JOVEM.**
67% DE MULHERES MATRICULADAS EM CURSOS D
53% ERAM MULHERES NEGRAS
45% TINHAM ENTRE 18 E 29 ANOS.

VULNERABILIDADE SOCIAL

A **MULHER NEGRA** OCUPA UMA GRANDE PARCELA NOS CADASTROS DOS PROGRAMAS SOCIAIS: A VULNERABILIDADE OCORRE PELA FALTADE OPORTUNIDADE, DE ACESSO NOS SERVIÇOS, DE SEGURANÇA PÚBLICA ENTRE OUTRAS **EXPRESSÕES DE DESIGUALDADE SOCIAL.**

SOCIEDADE RACISTA

ASPECTOS DE RACISMO PODEM SER OBSERVADOS EM ALGUMAS ESFERAS NA SOCIEDADE COMO: EDUCAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO, NA MÍDIA, NA SAÚDE, ETC. MESMO COM A LEGISLAÇÃO PREGANDO IGUALDADE DE DIREITOS, AINDA HÁ MUITO A LUTAR.

MERCADO DE TRABALHO

NAS **EMPRESAS BRASILEIRAS** A SITUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS SUA REPRESENTAÇÃO É ESTIMADA EM:
7,4% NO QUADRO FUNCIONAL,
5,7% NO QUADRO DE SUPERVISÃO,
3,9% NA GERÊNCIA E APENAS
0,26% NO QUADRO EXECUTIVO

Autora: Kayra Costa de Souza

https://monografias.brasilescola.uol.com.br/sociologia/o-assistente-social-frente-as-politicas-publicas-para-as-mulheres-negras.htm

É importante que o/a assistente social compreenda que, **o nó da questão social no Brasil está na questão racial, e atente para os fatos históricos que foram marcando o lugar dos negros e negras no pós-abolição**, como, por exemplo:

1. Código Penal (1890)

O Estado brasileiro alicerçado pela superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado aos negros e negras no Brasil. Podemos ver através do Código Penal de 1890 que criminalizava as manifestações da cultura negra, como a capoeira, o curandeirismo e passou a qualificar como delito.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal;

Pena – de prisão celular por dois a seis meses.

> Não é mera coincidência, que até a década de 30 a questão social era tratada como caso de polícia, porque o principal mal a enfrentado eram as classes perigosas e essas classes perigosas é a população ex-escravizada que foi jogada como objeto na sociedade, que foi jogada como objeto descartável e não tinha alternativa para a população. (Informação verbal) 3

3 Informação fornecida por Tales Fornazier, na aula do Curso de Extensão Racismo e Serviço Social, em junho de 2022.

Negros que vão levar açoutes - Frederico Guilherme Briggs
Rio de Janeiro 1832-1836

2. O namoro do Brasil com a Eugenia 4

O termo “eugenia” foi criado por Francis Galton, na década de 1880, era membro da elite britânica e primo de Charles Darwin. O "eu" vem do grego, e significa “bom”. "Genia" quer dizer “linhagem”.

Galton era geógrafo e sua intenção não era exatamente criar uma “raça superior”, mas uma “sociedade perfeita”. Ele viveu na sociedade britânica em um contexto social de muita miséria e para ele a pobreza era hereditária, era inato em alguns indivíduos e para eliminá-la seria necessário que ricos tivessem mais filhos que os pobres. Com o tempo, todos os londrinos teriam o que ele chamava de “boa linhagem”. E nunca mais haveria gente pobre, doente, alcoólatra.

No Brasil pós-abolição essa ideia serviu de base para eliminar ou fazer desaparecer as pessoas negras do país e brasileiros influentes se mobilizaram em um projeto de construção de uma “raça superior”, ou seja, branca.

E a noção de uma seleção artificial que promoveria nascimentos de maior qualidade foi se instalando em universidades, hospitais e até na política. Muitos eventos foram sendo realizados no Brasil para discutir o desaparecimento das pessoas negras, que eram indesejadas pela sociedade branca, que se via como a raça pura e superior.

A eugenia de Galton logo se tornou “base científica” para toda sorte de racistas. A tal “sociedade perfeita” passou a ser sinônimo de uma sociedade menos semita, menos cigana, menos negra.

Durante toda a década de 1930, os eugenistas influenciaram as políticas públicas de imigração e educação. Evidência disso é a própria Constituição Federal de 1934: o artigo 138 determinava que “estimular a educação eugênica” era dever da União, dos Estados e dos Municípios.

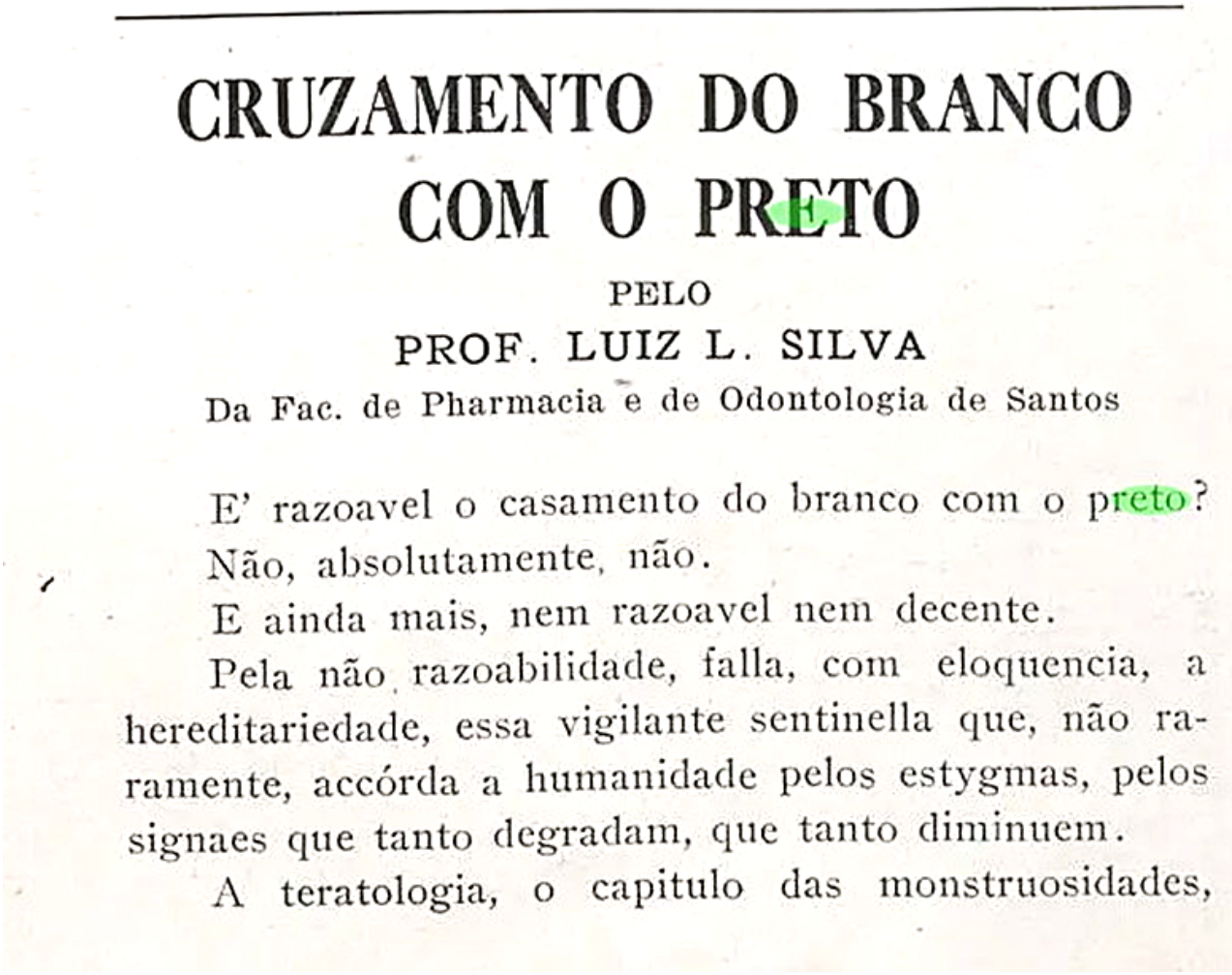
4 O texto foi extraído e adaptado do https://www.geledes.org.br/racismo-disfarcado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/?amp=1&gclid=Cj0KCQiAmaibBhCAARIsAKUlaKQM8S93Fp1-PJ40NrVYkzFKwm8QqaYZ63wULvhrxGfhVDhpUSSKMLEaApCGEALw_wcB

A restrição racial de imigrantes que, até então, era apenas projeto de lei, foi oficializada pelo Decreto nº 7.967 de 1945, assinado por Getúlio Vargas. O texto diz, com todas as letras, que a admissão de imigrantes no Brasil era condicionada "à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia".

Vamos deixar aqui registrado os nomes dos defensores da eugenia no Brasil e muitos foram homenageados com nome de rua e cidade:

- **Arnaldo Vieira de Carvalho (fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo, que dá nome à Avenida Dr. Arnaldo, em São Paulo).**
- **Vital Brazil Mineiro da Campanha (fundador do Instituto Butantan, cujo endereço atual é Avenida Vital Brazil, nº 1500).**
- **Arthur Neiva (sanitarista e também nome de rua) .**
- **Franco da Rocha (psiquiatra e nome de cidade).**
- **Monteiro Lobato. O escritor do Sítio do Pica-Pau Amarelo patrocinou as primeiras publicações do movimento, imprimindo ele mesmo os Annaes de Eugenia, lançados em 1919.**
- **Renato Ferraz Kehl, foi eleito Membro Emérito da Academia Nacional de Medicina por sua "atividade médica e científica em prol da pátria".**
- **Raimundo Nina Rodrigues – que até hoje dá nome ao Instituto Médico Legal (IML) de Salvador e a um hospital em São Luís do Maranhão.**

130 ANOS DE UMA ABOLIÇÃO MENTIROSA
ONTEM
PELO FIM DA ESCRAVIDÃO!
HOJE
PELO FIM DA ESCRAVIDÃO!!!
DO ENCARCERAMENTO EM MASSA, EXTERMÍNIO DO JOVEM NEGRO E DA DESIGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO!
STILL I RISE
MARIELLE PRESENTE
www.juniao.com.br JUNIÃO.



CRUZAMENTO DO BRANCO COM O PRETO

PELO

PROF. LUIZ L. SILVA

Da Fac. de Pharmacia e de Odontologia de Santos

E' razoavel o casamento do branco com o preto?
Não, absolutamente, não.
E ainda mais, nem razoavel nem decente.
Pela não razoabilidade, falla, com eloquencia, a hereditariedade, essa vigilante sentinella que, não raramente, accórda a humanidade pelos estygmas, pelos signaes que tanto degradam, que tanto diminuem.
A teratologia, o capitulo das monstruosidades,

Trecho do Boletim de Eugenia, pela Comissão Central Brasileira de Eugenia / Crédito: Divulgação/Twitter

> O racismo nos molda em todos os âmbitos da vida, então, quando denunciamos as consequências do racismo estrutural, não se trata de modismo ou simples retórica, precisamos entendê-lo na sua dinâmica mais profunda.. (Informação verbal) 5

5 Informação fornecida por Tales Fornazier, na aula do Curso de Extensão Racismo e Serviço Social, em junho de 2022.

A população negra no pós-abolição não foi imediatamente integrada ao mundo do trabalho livre. Ao sair das senzalas carregou a discriminação racial e o Estado atuou criminalizando e executando práticas higienistas e eugenistas.

"Comprimidos nos porões da sociedade, os(as) negros(as) ou estavam destinados a morrer, com vidas nuas, supérfluas e, portanto, facilmente descartáveis ou se constituíam como um viveiro de mão-de-obra barata, como reserva da reserva" (GORENDER, 1990 apud GONÇALVES, 2018, p. 518)

O Serviço Social quando se tornou uma profissão a partir dos anos 1930 contribuiu com essas práticas através da tarefa assistencial executada pelas assistentes sociais que tratavam a questão social pela perspectiva moralizadora e integradora. Os/as negros/as, de classes perigosas, tornaram-se alvo da caridade. (GONÇALVES, 2018).

Hoje o projeto profissional do serviço social está vinculado a um projeto de sociedade humanamente emancipada, e não se consolida, não se sustenta sem destruir os elementos fundantes e estruturantes da nossa realidade, ou seja, temos que entender que a luta anticapitalista ela é necessariamente antirracista, antissexista, antiLGBTfóbica, anti-imperialista.

Fonte: https://www.facebook.com/thaisquisitailustras/posts/778613602308941/

Artista:Thaisquisita

Assistentes Sociais no combate ao racismo

Os/ as assistentes sociais foram convocados/as a participar do combate ao racismo. O Conjunto CFESS-CRESS, durante o triênio 2017-2020, promoveu a campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, com o objetivo de incentivar debates e ações da categoria no enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional.

A discussão étnico-racial precisa ser levada em consideração pelos profissionais, pois para combater o racismo:

1o - Precisa reconhecer que ele existe e que há uma disparidade racial que é estrutural e estruturante.

2o - Considerar que apesar de sermos reconhecidos/as como iguais perante a lei, somos diferentes, trazemos demandas diversas e que por isso o recorte de gênero e cor precisa está presente nas ações, projetos e programas desenvolvidas pelas instituições através da sua equipe.

Como ser antirracista na minha atuação profissional?

a) **Leve em consideração o quesito raça/cor na hora do atendimento**

Permita que o usuário se autodeclare no momento da entrevista e do preenchimento do formulário do atendimento.
Não interfira nesse momento, pois sua atitude de decidir pelo usuário ou de achar que é uma ofensa perguntar sobre a sua identidade racial está sendo arbitrária e violando a "autonomia do sujeito em expressar sua identidade étnico-racial". (COSTA, 2017).

Vale se perguntar: Porque, na sua opinião, é ofensa saber como a pessoa se autoidentifica racialmente?

É importante coletar os dados raciais do público atendimento pela Política Nacional de Assistência Social, para traçar o seu perfil, elaborar políticas de atendimento as suas necessidades e combater as desigualdades e injustiças sociais e raciais.

A cor das pessoas não deve ser percebida como uma ofensa. Se ainda pensa assim, decorre do racismo internalizado, quando se incorpora a ideia que as pessoas negras são inferiores em relação ao branco. E, ao mesmo tempo, é uma negação da existência das pessoas negras e isso é uma forma de esconder as diferenças, tornando-as difíceis de serem combatidas.

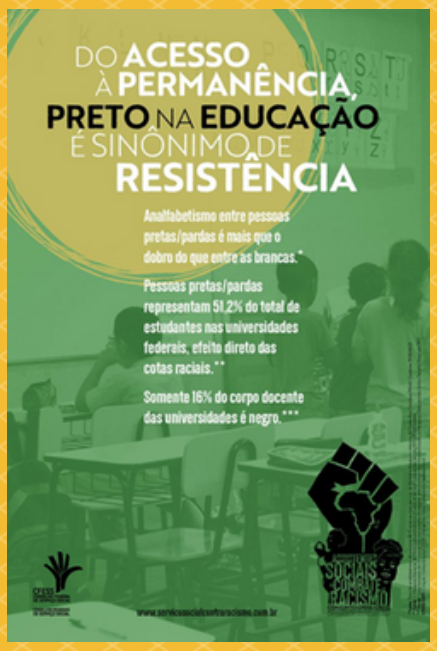
https://elosdasaude.wordpress.com/2011/06/04/equidade-em-saude-da-populacao-negra/

b) **Dialogue com a transversalidade: raça e gênero**

Nas relações sociais estão entrelaçadas as dimensões de raça e gênero, "estes aspectos transitam no cotidiano das relações que se estabelecem, por exemplo, na escola, nas delegacias, no CRAS, no atendimento nos serviços de saúde, etc. e nestes espaços podem ser combatidas as disparidades, além de potencializadas positivamente as identidades dos sujeitos". (COSTA, 2017:231).

Peças da Campanha realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS 2017-2020

QUE ESTADO DÁ CARTA BRANCA PRA ASSASSINAR GENTE PRETA?
75,5% das vítimas de homicídio no Brasil são negras, maior proporção da última década.*
SOMOS CONTRA O RACISMO
www.servicosocialcontraracismo.com.br


DO ACESSO À PERMANÊNCIA, PRETO NA EDUCAÇÃO É SINÔNIMO DE RESISTÊNCIA
Analfabetismo entre pessoas pretas/pardas é mais que o dobro do que entre as brancas.*
Pessoas pretas/pardas representam 51,2% do total de estudantes nas universidades federais, efeito direto das cotas raciais.**
Somente 16% do corpo docente das universidades é negro.***
SOMOS CONTRA O RACISMO
www.servicosocialcontraracismo.com.br

Lançamento da Plataforma Antirracista

ABAIXO LINK DE ACESSO

https://www.abepss.org.br/lancamento-da-plataforma-antirracista-98

ABAIXO LINK DE ACESSO

https://drive.google.com/file/d/11ldSlsn6m3LUmpaF-Pulg4AiF7mw_6QK/view

Referências

ALMEIDA, Silvio de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019

BARRETO, A. C. de J. A construção do negro e a reprodução da lógica eurocêntrica no Brasil: a segregação socioambiental de base racial em Juiz de Fora. SER Social, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 411–431, 2018. DOI: 10.26512/ser_social.v20i43.18868. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18868.

COSTA, Gracielly. Assistência social, no enlace entre a cor e o gênero dos(as) que dela necessitam. O Social em questão, Rio de Janeiro, Ano 20, n. 38, p. 227-246, Mai-Ago, 2017. Disponível em: < http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_12_Costa.pdf>.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

Gonçalves, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista Katálysis [online]. 2018, v. 21, n. 03, pp. 514-522. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

STHEL, Fernanda Gonçalves; Silva, Luciane Soares. A crise da pandemia da Covid-19 desnuda o racismo estrutural no Brasil. Revista da Associação Portuguesa de Sociologia, N. 26, p.11-32, agosto, 2021.

Sites visitados

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021#:~:text=O%20IBGE%20divulga%20hoje%20as,213%2C3%20milh%C3%B5es%20de%20habitantes. Acesso em 31 de out de 2022.

https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-09/censo-2022-entenda-como-declarar-sua-raca#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20%C3%BAltima,de%201%25%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas. Acesso em 31 de out de 2022.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2022.

https://www.significados.com.br/desigualdade-racial/ acesso em 31 de out de 2022.
https://www.istoedinheiro.com.br/a-persistencia-do-racismo/. Acesso em 02 de nov de 2022.

https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em 02 de nov de 2022

https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/eugenia-no-brasil-como-ciencia-foi-usada-para-justificar-o-racismo.phtml. Acesso em 08 de nov de 2022

AVISA O POVO AÍ DE CIMA DE QUE NOSSA HERANÇA MALDITA NÃO CABE MAIS DEBAIXO DO TAPETE!
ENCARCERAMENTO EM MASSA
RACISMO
VIOLÊNCIA DE GÊNERO
DESIGUALDADE SOCIAL
JUNIÃO
www.junaio.com.br